PROBLEMAS METODOLÓGICOS NA POLÍTICA COMPARATIVA *

GIOVANNI SARTORI

1. O "pensador consciente"; 2. O problema variável da política comparativa; 3. Quantificação e coleta de dados; 4. A escala da abstração; 5. Sofismas comparativos; 6. Três estratégias — uma visão geral; 7. A abordagem estrutural-funcional revista.

1. O "pensador consciente"

"Dominar a fundo teoria e método é ter-se tornado um pensador consciente, um homem ativo e cônscio das pretensões e implicações, quaisquer que sejam. Ser dominado por método ou teoria é simplesmente ser impedido de trabalhar."[1] A frase se aplica bem ao presente empenho da ciência política. A declaração, como um todo, oscila entre dois extremos falhos. De um lado, uma grande maioria de cientistas políticos qualificados pura e simplesmente de "pensadores inconscientes". De outro, uma minoria sofisticada qualificados de "pensadores superconscientes", no sentido de que seus padrões de método e teoria são tirados das ciências físicas.

A grande diferença entre o pensador inconsciente e o superconsciente tende a desaparecer pela crescente sofisticação de técnicas de pesquisa. Cerca de 90% da literatura apresentada sob o título "Métodos" (nas ciências de comportamento, social ou política) na realidade tratam de técnicas de levantamento e estatística social, e têm pouco, se é que têm alguma coisa, a repartir com a própria "metodologia", isto é, com *logos*. Uma concernência metodológica é uma concernência com lógica, com o pensar na arte de pensar. E uma grande distinção é traçada — como deveria ser — entre *metodologia* científica e tecnologia de pesquisa.

* Trata-se do relatório geral apresentado pelo Prof. Giovanni Sartori à mesa-redonda em Turim, Itália, sob o patrocínio da Associação Internacional de Ciência Política. Tradução de Angela Arieira.

[1] Mills, C. Wright. On intellectual craftsmanship. In: Gross, Llewellyn. ed. *Symposium on sociological theory*. New York, Harper & Row. p. 27.

É imediatamente aparente que a última não substitui a primeira. Pode-se ser um ótimo pesquisador e manipulador de dados e ainda se permanecer um pensador inconsciente.

Se assim é, parece que a declaração, como um todo, está gravemente prejudicada pela inconsciência metodológica (não importando nossa boa execução técnica). E minha queixa fundamental é que cientistas políticos eminente e consistentemente apóiam (com poucas exceções) um treinamento em lógica — na verdade, em lógica elementar. Falando claramente, não temos sob controle o "manejo do conceito".

Para ilustrar rapidamente a questão, é injustificado dizer que a lógica de "ou um ou outro" deveria ser substituída pela lógica de "mais ou menos". Realmente, as duas lógicas são complementares e cada uma tem um campo legítimo de aplicação. Correlativamente, oposições polares e confrontações dicotômicas não podem ser dispensadas: elas são um passo necessário no processo de formação de conceito. Igualmente é injustificada a impaciência com "classificação". Com freqüência confundimos a mera enumeração (ou lista de controle) com a classificação, e muitas das assim chamadas classificações deixam de apresentar os mínimos requisitos necessários ao que pretendem ser. Por outro lado, um desejo prematuro de definições "operacionais" não somente negligencia o fato de que há vários estágios de definição, mas é positivamente contraprodutivo quando encoraja o estudioso a deixar de lado o assim chamado estágio "nominal" de definição, isto é, definição de sentido. Esses são, na verdade, resultados lógicos elementares. Não desejo encorajar nem um pouco o "pensador superconsciente", isto é, o homem que recusa discutir calor a menos que lhe seja dado um termômetro. Prefiro simpatizar com o "pensador consciente", isto é, com o homem que compreende as limitações de não ter um termômetro, e ainda consegue dizer bastante coisa ao dizer quente e frio (e eventualmente mais quente e mais frio). Em outras palavras, apelo para o pensador consciente para preencher a lacuna entre a ignorância lógica crua (e a má manipulação) por um lado, e o perfeccionismo lógico (e a paralisia) por outro.

Quer percebamos ou não, tão logo abandonamos o campo seguro das ciências exatas ainda estamos nadando num mar de ingenuidade. Sejamos despretensiosos, estabelecendo deste modo o padrão de uma ciência de política no estágio em que "ciência" é "precisão conceitual" implementada por percepção metodológica. Este ponto de vista é sóbrio, mas propicia maior número de empecilhos que pressa sem fundamento ou perfeccionismo indevido.

2. O problema variável da política comparativa

A ciência política tradicional (ou o seu tipo mais tradicional) herdou uma vasta ordem de conceitos que foram previamente definidos e aperfeiçoados — para o melhor e para o pior — por gerações de filósofos (come-

çando por Aristóteles). Conseqüentemente, até certo ponto o cientista político tradicional podia se permitir ser um "pensador inconsciente" — o ato de pensar já tinha sido feito por ele. Isto acontece com maior freqüência em países de "abordagem institucional" legalista, a qual não exige muito esforço mental.[2] No entanto, a nova ciência política dedica-se à "reconceitualização". Necessariamente, o fato se aplica ainda mais com a nova expansão comparativa da disciplina.[3]

Há várias razões para este *renovatio ab imis.*

A) Uma é a grande *expansão da política.* Até certo ponto a política resulta objetivamente "maior" pelo fato de o mundo estar se tornando cada vez mais politizado (mais participação, mais mobilização, e, em todo caso, mais intervenção do Estado em esferas previamente não-governamentais). No entanto, em não pequena parte, a política é *subjetivamente* "maior", no que trocamos o foco de atenção, tanto na direção da periferia da política (face a face com o processo governamental e o do Estado), como na direção do "lado de entrada" da política. Neste meio tempo — como expressa Macridis — estudamos tudo que é potencialmente político.[4] Enquanto o último aspecto da expansão da política é perturbador — ultimamente conduz ao desaparecimento da política — não é uma preocupação específica para a política comparativa, no sentido de que outros segmentos de ciência política são igualmente e ainda mais profundamente afetados.[5]

B) À parte da expansão da política uma fonte mais específica de desafio conceitual e metodológico para política comparativa é o que Braibanti chama de o *espectro crescente dos sistemas políticos.*[6] Estamos agora engajados em comparações em área cruzada "global" de âmbito mundial.

[2] Isto não é em absoluto uma crítica de uma análise comparativa de "item por item", e ainda menos da abordagem "institucional-funcional". Sobre a última veja observações criteriosas de Braibanti, Ralph. Comparative political analytics reconsidered. *The Journal of Politics.* p. 44-9, Feb. 1968.

[3] Para uma revisão global, veja Eckstein. Introduction. In: Eckstein, H. & Apter, D. E. eds. *Comparative politics.* Glencoe, Free Press, 1963. Veja também as introduções dos dois autores às 10 partes do *Reader,* que são muito esclarecedoras.

[4] Comparative politics and the study of government: the search for focus. *Comparative politics.* p. 81. Oct. 1968.

[5] Sobre o sofisma do *inputism,* veja novamente as observações de Macridis, Roy C. op. cit. p. 84-7. Em suas palavras, "O estado da disciplina pode ser resumido em uma frase: o gradual desaparecimento do político". (p. 86.) Uma declaração concludente do tema é a de Paige, Glenn D. The rediscovery of politics. In: Montgomery, J. D. & Siffin, W. I. eds. *Approaches to development.* New York, McGraw-Hill, 1966, p. 49 ff. Meu trabalho From the sociology of politics to political sociology. In: Lipset. S. M. ed. *Social science and politics.* New York, Oxford University Press, 1969 é também altamente preocupado com o sofisma do *inputism,* encarado como uma "redução sociológica" da política. Veja a seguir, nota 31.

[6] Comparative political analytics reconsidered. op. cit. p. 36-7.

E, enquanto há um fim para o tamanho geográfico, aparentemente não há fim para a proliferação de unidades políticas. Havia cerca de 80 Estados em 1946; não é uma conjetura precipitada que podemos chegar, no mínimo, a 150. O que é mais importante ainda, o espectro do sistema político inclui uma variedade de políticas difusas, primitivas, em vários estágios de diferenciação e consolidação.

Assim, quanto mais amplo é o mundo sob investigação, mais necessitamos de instrumentos conceituais que estejam aptos a viajar. Está igualmente claro que o vocabulário da política anterior a 1950 não estava projetado para uma viagem que cruzasse a área de extensão mundial. Por outro lado, e apesar de tentativas arrojadas em drástica inovação terminológica,[7] é difícil ver como estudiosos ocidentais podiam se afastar radicalmente da experiência política do oeste, isto é, do vocabulário da política que foi desenvolvido durante milênios, em bases de tal experiência. Por conseguinte, a pergunta fundamental é: até onde e de que modo podemos viajar com o auxílio do vocabulário de política disponível?

De modo geral, até agora seguimos (mais ou menos involuntariamente) a linha de menor resistência: alargando o sentido — e desse modo o alcance da aplicação — das conceitualizações disponíveis. Isto é o mesmo que dizer que quanto maior o mundo mais temos de lançar mão de *extensão conceitual*. Sem dúvida, há mais. Pode-se acrescentar, por exemplo, que extensão conceitual também representa uma tentativa deliberada de fazer nossas conceitualizações menos limitadas à cultura ou mesmo "livres de valor". Uma outra explicação, talvez mais pertinente, é que extensão conceitual é, em grande parte, um "efeito de bumerangue" das áreas desenvolvidas, isto é, uma regeneração nas categorias ocidentais de análise da política difusa do Terceiro Mundo. Essas considerações não sendo opostas, a extensão conceitual representa em política comparativa a linha de menor resistência. E o resultado líquido de extensão conceitual é que nosso ganho em cobertura extensional tende a ser igualado por perdas em precisão conotativa. Parece que podemos abranger mais apenas por dizer menos.

Uma primeira crítica da expansão comparativa da disciplina é, então, que a expansão conduziu à indefinição, a conceitualizações *não-delimitadas* (e altamente indefinidas). Categorias que abrangem tudo são categorias de "nenhuma diferença". Por conseguinte, a extensão conceitual conduz a pseudo-equivalências que são finalmente conducentes a uma *reunião sem sentido*.

O problema pode ser exposto partindo-se de um ponto relacionado favorável. Quanto maior o mundo, mais temos utilizado *universais* — conceitualizações universais. Certamente as universais viajam facilmente; na verdade, filósofos as usaram para transcender a experiência fenomênica,

[7] Os trabalhos de Fred W. Riggs são talvez o melhor exemplo de tais evidentes tentativas.

senão para viajar todo o caminho do homem para Deus. Mas as universais propõem um problema difícil para um conhecimento que implica estar baseado em fundações empíricas: quanto mais nossas conceitualizações se tornam universais (isto é, vêm a se assemelhar ao que é chamado uma universal em filosofia), menos elas se prestam a um teste empírico e a refutação. De acordo com Croce, um conceito universal é, por definição, *supra-empírico,* ou meta-empírico.[8] Deste ângulo, portanto, nossas tentativas para cobrir o mundo numa base comparativa ficam expostas à crítica de serem de pouca relevância empírica.

Era apenas de se esperar que a expansão comparativa da disciplina iria encontrar as dificuldades mencionadas. Era fácil deduzir que a extensão conceitual produziria indefinição e esquivamento, e que quanto mais subimos em direção de universais extremamente ambiciosos, mais leve o elo com a evidência empírica. Portanto, é pertinente perguntar-se por que o problema foi raramente confrontado de modo direto.

Enquanto há várias razões para nossa negligência atacar frontalmente o problema variável da política comparativa, uma das razões — e talvez a maior razão — é que temos nos dominado por uma ilusão matemática, por uma idéia de que as dificuldades que confrontam uma língua qualitativa (como é o inglês) podem ser vencidas ao se adotar uma língua quantitativa, ou quantificável. Dada a popularidade desta idéia, deveríamos nos voltar para alguns detalhes do assunto.

3. Quantificação e coleta de dados

O argumento corre aproximadamente como se segue. Enquanto os conceitos apontam para as diferenças de tipo (o modo de análise *per genus et differentiam*) temos problema; mas se conceitos são entendidos como um caso de mais ou menos, isto é, apontando para diferenças em grau, então nossas dificuldades podem ser resolvidas ao se medir, e o problema real é precisamente como medir.[9] Nesse meio tempo — aguardando as medidas — os conceitos de classe e taxonomias deveriam ser encarados com suspeita (se não forem rejeitados) já que representam "uma lógica de propriedades fora de moda e atributos não bem adaptados para estudar quantidades e relações".[10]

Na minha opinião, o argumento precedente é não somente prematuro, mas basicamente errado, no que deixa de considerar que o processo de

[8] Mais precisamente em B. Croce em *Logica come scienza del concetto puro,* universais são qualificados *ultra-rappresentativi,* como estando acima e além de qualquer representabilidade concebível empírica.

[9] Deveria ser entendido que medição não é usada aqui no significado indefinido (e superficial) no qual nominal e ordinal são chamadas "escalas de medição". Isto é "vender fumaça", como diz o ditado italiano.

[10] Esta é a opinião de Hempel, citado em Martindale, Don. Sociological theory and the ideal type. *Symposium on sociological theory.* cit. p. 87.

pensar começa inevitavelmente com a vantagem de uma língua qualitativa, não importando a qual conclusão chegaremos subseqüentemente. Por isso minhas premissas seriam como se segue:

a) a compreensão humana, isto é, o modo como nossas mentes trabalham, exige pontos interrompidos;

b) esses pontos interrompidos só podem ser arrancados logicamente — sutileza conceitual cumulativa e correntes de definições sistemáticas — não por medição.[11] Medição de quê? Não podemos medir, a menos que saibamos primeiro o que estamos medindo. Do mesmo modo, os graus de alguma coisa não nos podem dizer o que a coisa é.

O exposto nos acautela para o fato de que uma língua quantitativa[12] não pode nunca "engolir" inteiramente, ou finalmente, uma língua qualitativa. Além do mais, esta "potencialidade de engolição" está numa enorme discrepância *in re,* isto é, dependendo do fato de a ciência poder ser reduzida a uma ciência de laboratório experimental ou não.

Ninguém duvida da possibilidade e da utilidade de converter conceitos "categóricos", do tipo ou-um-ou-outro, em conceitos "gradação", do tipo mais que-menos que[13] e, eventualmente, em conceitos quantificáveis. No entanto, enquanto escalas nominais (ou classificações) e escalas ordinais (disposição por ordem) são relativamente fáceis de construir, o oposto é verdadeiro para escalas de intervalo e especialmente para escalas cardinais (proporção).[14] Já que a medição real começa somente com escalas de intervalo, o fato é que as "medidas" se aplicam muito marginal-

[11] É feita uma referência aos pontos de interrupção que coincidem com as partes nas quais a língua acontece de ser dividida. Sendo estabelecidas essas interrupções, pontos de interrupção secundários podem também resultar de uma combinação de lógica e medição.

[12] Linguagem quantitativa no sentido estrito, isto é, deixando de lado a matemática não-quantitativa desenvolvida pela lógica modal e pela escola de Nicolas Bourbaki. Éléments de mathématique. Paris, Hermann, aparecendo periodicamente.

[13] Como Hubert M. Blalock Jr. afirma: "embora seja reconhecida e tecnicamente possível pensar sempre em termos de atributos e dicotomias, é de se admirar a sua praticalidade". (Causal inferences in nonexperimental research. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1964, p. 32.) Em seu trabalho Social statistics (New York, McGraw-Hill, 1960, cap. 2), Blalock manteve o ponto de vista oposto, a saber, que desde que a maior parte dos variáveis não pode ser medida, nem de longe, com a precisão que permita escalas de intervalo legítimas, pode ser mais prático usar esses variáveis como atributos. Minha opinião é que conceitos de gradação não são necessariamente mais práticos — bastante freqüentemente não são nada práticos.

[14] O argumento não exige uma revisão das possibilidades intermediárias: escalas ordenadas parcialmente (intercaladas entre nominal e ordinal), e escalas métricas ordenadas (intercaladas entre ordinal e intervalo). Veja Combs, C. H. Theory and methods of social measurement. In: Festinger, L. & Katz, D. eds. *Research methods in the behavioral sciences.* New York, Dryden Press, 1953. Para um tratamento-padrão, veja Selltiz, Jahoda et alii. *Research methods in social relations.* rev. ed. Holt. Rinehart and Winston, 1959, p. 186-98.

mente ao que estejamos fazendo (a menos que nosso interesse se restrinja a trivialidades políticas). Sempre que pedimos exemplos de como as ciências sociais progridem de escala para escala, quanto mais saímos do terreno seguro de experiência de pequeno grupo[15] e mais nos avançamos em direção de considerações macro (ou de massas), menos os exemplos são relevantes e convincentes.

Na realidade, quando cientistas políticos falam vagamente de quantificação, na maior parte do tempo estão preocupados em *atribuir valores numéricos para seus dados*. E se nossa atenção for chamada — como deveria — para o *lado de dados da moeda*, então rapidamente parece que a lógica dos matemáticos (ou inspirados pelos moldes da física) termina onde nosso maior problema se inicia. O matemático está unicamente preocupado com um sistema formal (e formalizado) de lógica. Quanto ao físico, seus dados estão em seu laboratório, isto é, eles coincidem com suas experiências. De modo inverso, uma ciência de política depende em grande parte da descoberta de dados, da aquisição de informação suficientemente precisa sobre *observáveis* empíricas *externas*.

Isto implica que os conceitos do cientista político são não somente os elementos de um sistema teorético mas também seu único *receptáculo de dados*. Os dados não são material nem bruto nem experimental; mas informações distribuídas em *"containers* conceituais" e por eles processados. A questão vem a ser, portanto, no que causa um conceito tornar-se um receptáculo valioso, realmente um válido descobridor de fatos.

Não há necessidade de ir longe para alcançar a resposta: uma categoria não tem valor de coleta de dados a menos que *discrimine* entre fatos semelhantes e heterogêneos.[16] Quanto mais baixo o poder discriminador de um receptáculo conceitual, mais os fatos são encobertos, isto é, maior a falta de informação. E o caso é que uma informação adequadamente precisa (i.e. discriminadora) pressupõe um sistema de classificação, conceitos classificativos. A razão disto segue dos requisitos lógicos de uma classificação, ou seja, que suas classes deveriam ser mutuamente exclusivas e ao mesmo tempo exaustivas.

De maneira diferente dos físicos, então, os cientistas políticos são inteiramente dependentes de um descobridor externo de fatos; e por causa deste problema nada prossegue (nas ciências não-experimentais), a menos que tenhamos primeiro uma rede taxonômica projetada para coletar "observáveis". Não somente nada prossegue, como uma quantomania mal colocada resulta apenas numa drástica *perda de articulação lógica*: rejeitamos

[15] Uma excelente ilustração para o assunto encontra-se em Verba, Sidney. *Small groups and political behavior — a study of leadership*. Princeton, Princeton University Press, 1961.

[16] A declaração é admitidamente ingênua. Sem entrar em um raciocínio sofisticado, "não-discriminação" aplica-se aqui ao que é conhecido de ser uma agregação, ou um agregado.

o modo de análise *per genus et differentiam* sem estarmos aptos a substituí-lo.

Pode-se muito bem dizer, com Lasswell e Kaplan, que as diferenças entre classificar e ordenar (i.e. "variação em grau") emparelham-se com a diferença entre uma ciência de espécies e uma ciência de co-relações funcionais.[17] A questão é se pode ser pressuposto que o que é feito pelas ciências físicas "exatas" pode também ser feito (de modo conceptível, ou no futuro) pelas ciências humanas. Bem, a plausibilidade desta teoria de imitação depende de poder ser mostrado se a "potencialidade de engolir" da matemática face a face com uma língua qualitativa é invariável, isto é, não relacionada e não afetada pela diferença entre ciência experimental (laboratório) e não-experimental. Uma vez que isto nunca foi demonstrado, segue-se que a teoria da imitação pode bem nos induzir a repudiar uma "ciência de espécies" em troca de nada, isto é, sem obter uma "ciência de co-relações funcionais".

Dificilmente pode-se considerar isto um risco imaginário. Parece-me, de fato, que uma quantomania de mimetismo mal colocada é altamente responsável pelo fato de que grande parte de nossa pesquisa é trivial e esbanjadora e grande parte de nossa teorização é confusa.

Estudantes diplomados estão sendo enviados a todas as partes do mundo — como LaPalombara vividamente expressa — em "expedições indiscriminadas de pesca de dados".[18] Essas "expedições de pesca são indiscriminadas" no que carecem de suporte taxonômico, o que é o mesmo que dizer que são expedições de pesca sem redes. O pesquisador põe-se a caminho com uma lista de controle que é, por melhor que seja, uma rede particular e imperfeita de sua propriedade. Este pode ser um modo expediente de manejar seus próprios problemas de pesquisa, mas continua sendo uma estratégia muito inconveniente, partindo do ângulo da aditividade e da comparabilidade de suas descobertas. Como resultado a empresa conjunta de política comparativa é ameaçada por um crescente *pot-pourri* de discrepante, não-cumulativo e — no total — enganoso pântano de informação.

Quanto à nossa lógica flocosidade, que seja acentuado que o tipo de lógica ou-um-ou-outro é precisamente a lógica de classificação (já que são necessários classificados para ser mutuamente exclusivos). Os conceitos de classe representam características que o objeto em estudo deve *ou* ter *ou* carecer. Considerações de ou-mais-ou-menos (que não são "medidas", não pressupõem o uso de valores numéricos, e simplesmente indicam posições relativas junto com uma escala contínua ou uma escala ordinal) aplicam-se num estágio mais tardio e representam a comparação lógica que não é, de modo algum, um substituto da classificação lógica.

[17] *Power and society*. New Haven, Yale University Press, 1950, p. 16-7.

[18] Macrotheories and microapplications in comparative politics. *Comparative politics*, p. 66, Oct. 1968.

Dois itens sendo comparados devem pertencer primeiro a uma mesma classe, e *ou* ter *ou* não ter um atributo. Se têm o mesmo atributo, e *somente* se o têm, os dois itens podem ser comparados em termos daquele que o tem *mais* ou *menos*. Assim, se considerações de ou-mais-ou-menos são usadas fora de lugar entramos numa neblina teorética resultante de um sofisma lógico.[19]

O ponto essencial da minha argumentação é, então, que necessitamos, mais do que de qualquer outra coisa, de *informação* que seja suficientemente *precisa* para que seja comparada de um modo significativo. A condição necessária para isto é um *sistema de arquivamento* adequado, relativamente estável e de tal modo aditivo que não pode resultar de meras listas de conferência, mas requer meticulosas redes taxonômicas, isto é, classificações e tipologias.

Mesmo presumindo-se que os meios de coleta de dados são de confiança, permanece o fato de que nossas *categorias* de coleta de dados geralmente carecem de poder adequado de discriminação. Portanto, tenham ou não nossos dados valores numéricos, isto é, sem levar em conta o fato de podermos ou não confiar em dados quantitativos (especialmente dados totais de unidades de área) ou em informação qualitativa, ou seja, para começar com categorias de descoberta de dados que possuem um poder discriminador suficiente. Se nossos receptáculos de dados estão embaçados, a palavra "desigual" torna-se "igual". Assim sendo, a análise quantitativa pode bem fornecer mais informação incorreta do que análise qualitativa, especialmente pela circunstância agravante de que "informação incorreta quantitativa" tende a receber uma aceitação cega. Na verdade, uma vez que ela entre num computador estamos praticamente perdidos.

Concluindo, temos um problema que as ciências laboratório-experimental não têm. Portanto, a aceitação sem crítica da lógica do físico vem a ser para nós um modo de pôr o carro adiante dos bois. Sejam quais forem seus limites, as classificações permanecem a condição essencial, embora preliminar, para qualquer tratado científico. Como o próprio Hempel admite, conceitos classificatórios conduzem à descrição de descobertas de observações e à formulação de generalizações iniciais empíricas, ainda que cruas.[20] Além do mais, uma atividade classificadora permanece o instrumento básico para introduzir clareza analítica no que estivermos discutindo e nos leva a discutir uma coisa de cada vez e coisas diferentes em tempos diferentes. Finalmente — e a isto tenho dado a maior ênfase — necessitamos de redes taxonômicas para solver nossos problemas de descoberta de

[19] A lógica da comparação pode ser visualizada, na realidade, substituindo os sinais "mesmo-diferente" pelos sinais "mesmo-maior-menor". Mesmo assim, a lógica da classificação (=) mantém uma prioridade processual.

[20] *Fundamentals of concept formation in empirical science*. Chicago, University of Chicago Press, 1952. p. 54.

fatos e coleta de dados. Na verdade, minha preocupação com os conceitos de classe e taxonomia é uma preocupação pelo *lado de dados* da questão.[21]

4. A escala da abstração

Assim, somos levados de volta para a formulação inicial do problema. Por um lado "extensão conceitual" pura e simples não resolverá: conceitualização indefinida conduz apenas a pseudo-equivalências, e universais supra-empíricas são, como tais, de pouca utilidade para uma ciência empírica. Por outro lado, a quantificação não pode solucionar nossos problemas, pois não podemos medir antes de conceitualizar, isto é, a menos que saibamos o que é que estamos medindo. Comecemos então pelo princípio, isto é, vamos avaliar o fato de que o problema de política comparativa deve ser diretamente confrontado de sua extremidade lógica e metodológica.

Coisas admitidas ou percebidas significativamente podem ser conceitualizadas de modo muito diferente. Isto é o mesmo que dizer não somente que os conceitos têm propriedades, mas também sugerir que os conceitos pertencem a diferentes "famílias dimensionais".

Recentemente nos tornamos muito sensíveis à diferença entre conceitos normativos ou descritivos e entre conceitos avaliativos ou neutros. No entanto, o universo do raciocínio contém dimensões diferentes da dimensão axiológica, que igualmente é digna de percepção. Uma tal dimensão é chamada de *escala de abstração.*

Enquanto a escala de abstração está relacionada ao problema dos "níveis de análises", as duas coisas não coincidem. Um nível de análise altamente abstrato pode não resultar de "subida de escala". Na verdade, uma quantidade de conceitualizações universalmente aplicáveis não é abstraída de observáveis: ela tem uma significação sistemática.[22] Por exemplo, o significado de isomorfismo, homeostase, regeneração, entropia, etc., é basicamente definido pela parte que cada conceito representa em toda a teoria.

Em outros exemplos, no entanto, *chegamos* a níveis de conceitualizações altamente abstratos via ascensão de escala, isto é, por via de *inferências abstrativas vindas de observáveis.* Por exemplo, termos tais como grupo, poder, influência, comunicação, conflito, tomada de decisão podem ser usados tanto com significação muito abstrata como muito concreta, ou com uma relação muito distante com observáveis, ou com referência a observações diretas. Neste caso temos, então, conceitos que podem ser localizados e que se movem em vários pontos diferentes de uma escala de

[21] Já que "tipo" é mais do que "classe", dever-se-ia distinguir entre uma tipologia e uma classificação. Veja Lazarsfeld & Barton. In: Lerner, D. & Lasswell, H. D. eds. *The policy sciences.* Stanford, Stanford University Press, 1961. p. 169. Embora não seja necessário adotar a distinção aqui a minha "taxonomia" se aplique a ambos.

[22] Os termos cujo significado é sistêmico são "termos teoréticos". Veja Kaplan, Abraham. *The conduct of enquiry.* San Francisco, Chandler, 1964. p. 56-7, 63-5.

abstração. Se assim for, temos o problema de avaliar o nível de abstração em que os conceitos estão localizados e as regras de transformação assim resultantes. E este parece ser o ponto de convergência pertinente para o tema em consideração, pois nosso problema é como obter proveitos extensionais (ao subir a escala de abstração) sem ter de sofrer perdas em precisão conotativa e testabilidade empírica.

Primeiro farei um resumo, por alto, do que tenho em mente, quando falo de uma escala de abstração e de suas propriedades lógicas. Em seguida realçarei (no item 5) o que parece ser fundamentalmente errado em nosso modo atual de tratar temas comparativos. Neste item trato de três níveis de abstração, rotulados em abreviaturas, NA (nível alto), NM (nível médio) e NB (nível baixo). Não há um motivo especial por que se deveria considerar três em vez de, digamos, quatro ou cinco níveis de abstração. Obviamente, quanto mais precisa a análise de alguma coisa, mais esta se torna passível de enfrentar cortes adicionais, especialmente na parte mais baixa da escala (categorias NB).

Deveria ser igualmente claro que os vários níveis não estão separados por limites nítidos. Não obstante, há em toda a escala dois pontos decisivos cruciais: a) o ponto no qual um conceito torna-se *genérico* (no nível mais alto de abstração); e b) o ponto no qual um conceito torna-se *operacional* (nos níveis mais baixos).

O primeiro ponto decisivo se relaciona ao "processo de ascensão", e, particularmente, à transformação de categorias NM em categorias NA. Nesta conexão a diferença fundamental está entre a) conceitos definidos *ex adverso,* isto é, definidos por um ou mais opostos, e b) conceitos *sem contrário,* isto é, sem delimitação especificada. Os conceitos anteriores serão chamados *gerais,* enquanto os posteriores serão chamados conceitos *genéricos* (por meio destes restaurando a distinção que a língua inglesa perdeu com o uso).

Pode-se dizer que um conceito geral representa uma "relação de específicos" dos quais se retiram, ou aos quais se juntam, conjuntos identificáveis de específicos. De modo inverso, um conceito genérico não pode ser justificado por específicos, partindo de sua indefinição. E enquanto um conceito geral é conduzido a "generalizações" científicas, um conceito genérico é conduzido apenas à "genericidade", isto é, a declarações que devem sua aplicabilidade a seu sentido vago. A advertência é de que somos necessários para distinguir uma generalização científica de seu simulacro, que é pura e simples incerteza.

Pode-se igualmente dizer — voltando ao meu termo anterior — que um conceito sem oposição é um "universal".[23] Um conceito universal *sempre se aplica por definição*: não tendo oposto especificado, não há meio de determinação de se aplicar ao mundo real ou não. De modo oposto, sempre que um conceito for qualificado por um oposto ele pode

[23] Deveria ser claro que não emprego "universal" para as construções teoréticas definidas por seus significados sistêmicos, mas pela extensão abstrativa final de termos não-teoréticos inferidos de observáveis.

ser testado e desaprovado: pode-se ou *não* descobrir que se aplica ao mundo real.

Para simplicidade do raciocínio vou estipular que categorias universais e categorias NA coincidem, isto é, reduzirei as categorias NA à crosta fina de abstrações finais representadas por conceitos sem opostos especificados.[24] Sendo assim, obtemos uma delimitação nítida: categorias NA indicam *todas as coisas* (elas são genéricas, não-gerais); categorias NM indicam *alguma coisa* (elas são gerais, não-genéricas). Segue-se que categorias NA não são testáveis (por definição), enquanto que categorias NM são testáveis (não necessariamente falsificáveis no significado restrito do termo). Segue-se, igualmente, que o conteúdo informativo de categorias NA é quase nulo, enquanto que categorias NM têm conteúdo informativo.

O conceito de "grupo" serve perfeitamente como ilustração da argumentação precedente e se aplica muito ao ponto no qual ele representa a primeira tentativa em grande escala para fazer frente ao problema variável da política comparativa.

Na teoria de grupo da política (Bently, David Truman e Earl Lathan sendo as referências obvias) é bastante claro que "grupo" torna-se uma categoria NA: não somente uma construção analítica, mas uma construção analítica "universal".[25] Nunca nos dizem, na verdade, o que o grupo *não é*. Segue-se que nunca, e em nenhum lugar, encontraremos não-grupos. Se assim fosse, como é que a teoria de grupo da política foi seguida — nos anos 50 — por uma boa porção de pesquisa empírica? A resposta é absolutamente simples, ou seja, que a pesquisa não foi guiada pela construção analítica, mas por conceitualizações intuitivas concretas. Conseqüentemente, o "grupo genérico" da teoria e o "grupo concreto" da pesquisa caem bastante separados. As conseqüências desastrosas são não somente que a pesquisa é falha de suporte teórico (por necessidade de categorias NM e especialmente de uma moldura taxonômica), mas também que "genericidade" da teoria não se adapta à "especificidade" das descobertas. Somos assim deixados com um corpo de literatura que dá uma sensação frustrante de desmontar teoricamente tudo o que descobre empiricamente.

Passemos a considerar o segundo ponto decisivo crucial, ou seja, o ponto no qual um conceito torna-se *operacional*. Reportamo-nos aqui ao "processo de descida" e particularmente, à transformação de categorias

[24] Esta redução amplia na mesma proporção o âmbito das categorias NM. É óbvio que a estipulação só é permissível quando a discussão se limita ao problema da ascensão abstrativa.

[25] Digo construção analítica porque duvido que a teoria de grupo realmente obtenha a "construção teorética" definida sistemicamente. "Grupo" nunca é definido.

NM em categorias NB. Em relação a isto, a distinção fundamental é entre a) *definição de significação* e b) *definições operacionais.*

Bastante obviamente uma definição operacional é uma definição de significação. Ainda o requisito definicional para um conceito é que seu "significado" é declarado, enquanto que são exigidas definições operacionais para determinar as condições para a "verificação" de um conceito.

Sem dúvida, não estou inferindo que definição de significado *somente* ocorre em nível médio de abstração, e, correlativamente, que definições operacionais são *necessariamente* confinadas aos níveis mais baixos de abstração. Deixemos que seja repetido que limites podem ser obtidos em toda a escala de abstração, apenas por estipulação. E é apenas para simplicidade de raciocínio que estipulo uma coincidência entre categorias NM e definições não-operacionais por um lado e definições operacionais e categorias NB por outro. A base intuitiva para esta estipulação é, no entanto, que definição de significado tende a ser mais acurada e mais exigida no nível médio do que no nível alto de abstração; ao passo que torna-se mais fácil formular definições operacionais quanto mais se desce para os níveis mais baixos, isto é, quanto mais se empregam termos observacionais.

O argumento freqüente é que definição de significado representa uma idade de definição pré-científica, que deveria ser suplantada, em tratado científico, por definições operacionais. Mas isto não é assim, como nosso esquema ajuda a realçar. Com referência à escala de abstração, cada tipo de definição corresponde a um nível diferente de análise, tem uma contagem diferente e não pode ser substituído pelo outro.

Definições operacionais freqüentemente conduzem a uma drástica redução de significado, pois elas implicam que podemos separar apenas o significado que conduz à falsificação empírica. Isto pode bem nos agradar. Mas o reverso da medalha é menos agradável, pois indica uma redução equivalentemente drástica na *área da explanação.* A razão para isto é que explanação refere-se a "generalização" (i.e. a área de aplicabilidade) e que generalizações exigem conceitos "gerais". Conseqüentemente, quanto mais descemos a escala da abstração, mais se estreita a área da explanação. No limite, se *todos* os nossos conceitos fossem operacionalizados, saberíamos certamente coisas que não explicam nada.

Tomemos, por exemplo, a sugestão de que "classe social deveria ser dispensada e substituída por um conjunto de afirmações operacionais referentes a renda, ocupação, nível educacional, etc. Se a sugestão fosse adotada indiscriminadamente, a perda de substância conceitual (e estimulação) seria não somente considerável mas injustificada. O mesmo se aplica, citando outro exemplo, a "poder". Estar preocupado com a medição de poder não implica que a significação do conceito deveria ser reduzida ao que pode ser medido sobre poder. A implicação não é garantida, porque temos aqui dois níveis de análises que não são mutuamente exclusivos, mas sim complementares.

Concluindo a linha do meu raciocínio, o segundo ponto crítico na escala da abstração é o ponto em que nos mudamos de definições de significado para definições operacionais. Podemos igualmente dizer (presumindo que um variável não é realmente um "variável", a menos que possua uma definição operacional) que o segundo ponto crítico é o ponto no qual mudamos de *conceitos* para *variáveis.*

Temos aqui um lucro em precisão e em termos de testabilidade; e uma perda em substância conceitual (ou riqueza) e em termos de poder explanatório. Conseqüentemente, deveria ser entendido que definições operacionais *aparelham,* mas não substituem, definições de significado. Realmente, deve haver uma conceitualização *antes* de nos empenharmos em operacionalização. Além do mais, definições de significado, dificilmente definições operacionais, levam em consideração as dinâmicas de estímulo e descoberta intelectual. Finalmente, deveria ser compreendido que a prova empírica ocorre antes, e, também, sem definições operacionais. Prova é qualquer método de testar a correspondência com a realidade. Conseqüentemente, a importante diferença causada pela operacionalização é a verificação, ou falsificação, pela medição.[26]

A discussão total é recapitulada no quadro 1, com referência à sua posição nos problemas da política comparativa.

Alguns comentários adicionais estão em ordem. Primeiro, não desejo sugerir, de modo algum, que conceitualizações universais deveriam ser dispensadas. Tendo referência a comparações de âmbito mundial é difícil ver, de fato, como poderíamos prescindir de categorias NA tendo uma "função alusiva". Desejo, por outro lado, acentuar que neste último nível de abstração as noções de grupo, comunicação, poder, etc. fornecem apenas etiquetas, títulos de capítulos, isto é, as principais entradas de um sistema de arquivamento. De um ponto de vista empírico, conceitualizações universais são principalmente "canais de acesso". Conseqüentemente, o conteúdo verdadeiro dos arquivos é fornecido por categorias NM e NB.

Segundo, a referência a três níveis de conceitualização faz ressaltar a inadequabilidade da distinção habitual entre um significado "estreito" e um significado "amplo" do termo. Pois isto não basta para esclarecer, sempre que for necessário, se distinguimos:

a) entre conceitos específicos e gerais (categorias NB de NM), ou

b) entre conceitos gerais e genéricos (categorias NM de NB), ou, de outro modo,

c) entre uma especificação estreita e uma abstração universal (categorias NB de NA).[27]

[26] Não quero dizer que operacionalização permite *eo ipso* para medições quantitativas, mas sugerir que ou definições operacionais são basicamente conducentes à medição ou podem não ter valor.

[27] A mesma cautela aplica-se às distinções entre micro e macro, ou entre molecular e molar. Essas distinções são insuficientes para a finalidade de confirmar o nível de análise.

Quanto ao argumento lógico relacionado na terceira coluna, o mais simples resultado final seria o que demonstraremos a seguir. Nos mais altos níveis de abstração, os conceitos permanecem *indefinidos,* isto é, ilimitados, não-delimitados por uma definição. É no nível médio de abstração apenas, portanto, que fornecemos realmente uma definição no sentido de *delimitar* nossos conceitos. No entanto, neste nível estamos satisfeitos com os requisitos definicionais mínimos, isto é, com uma delimitação *ex adverso.* Segue-se que este é o nível compatível para os métodos — no início com "pares opostos" e para estabelecer diferenças em "tipo". No nível ou níveis mais baixos, especificamos a "definição geral" (i.e. revertemos para específicos) e avançamos para a busca de definições operacionais. Sendo assim, os conceitos se tornam variáveis (próprios) que são conduzíveis, por sua vez, em verificação por medição. Em qualquer caso, é nos níveis mais baixos de abstração que aproveitamos mais ao empregar conceitos de gradação e realmente apontamos diferenças em grau.

Finalmente, deveria ser explicado por que o quadro não leva a indicação "campo de explanação", mas fala, em vez disso, de conteúdo *denotativo* e *descritivo.*

A razão é que o entendimento de como ampliamos o campo de nossas explicações (sem perdas) foi transferido para os capítulos subseqüentes. Deixe-me, porém, esclarecer que não posso aceitar sem restrições severas a disposição atual da literatura metodológica, que é perfeitamente sintetizada pela seguinte declaração: "Quanto mais universal é uma proposição, isto é, quanto maior o número de acontecimentos que uma proposição leva em conta, mais falsificadores potenciais podem ser encontrados, e mais informativa é a proposição."[28]

A frase é altamente enganosa no que sugere uma progressão um tanto "natural" de universalidade, falsificadores e conteúdo informativo. Em vez disso, parece-me que estamos confrontados no início com um dilema entre *campo de explanação* (por esse incluindo a explanação da relação entre os itens sob investigação e *acuidade de descrição* (i.e. exatidão representacional). Conseqüentemente, se o conteúdo denotativo de uma conceitualização cresce — como acontece — ao subir a escala de abstração, não é sem perdas de precisão descritiva. Além do mais, há um ponto além do qual uma proposição "mais universal" é meramente uma proposição "genérica" sem valor informativo, para a qual falsificadores potenciais não podem ser encontrados. Voltarei para o problema de como o dilema pode ser conduzido. Examinemos primeiro, com mais detalhe, como uma escala de abstração ressalta as ciladas de nosso modo atual de tratar a expansão comparativa da ciência política.

[28] Allardt, Erik. The merger of American and European traditions of sociological research: contextual analysis. *Social Science Information,* v. 1, p. 165, 1968.

Quadro 1

A escala de abstração

Níveis de abstração	Maior extensão comparativa	Propriedades lógicas e empíricas de conceitos
NA: *Categorias nível alto* (conceitualizações universais)	Comparações em área cruzada entre contextos heterogêneos	Genérica Indefinida (não-definida por uma oposta) Alusiva Não testável
NM: *Categorias nível médio* (nível taxonômico)	Comparações dentro da área entre contextos relativamente homogêneos (teoria médio alcance)	Geral Definida (por uma oposta) Conteúdo denotativo alto e precisão descritiva baixa Testável
NB: *Categorias nível baixo* (nível de específicos)	Análise configurativa de país a país (teoria diâmetro-estreito)	Específica Definida operacionalmente Precisão descritiva alta e conteúdo denotativo baixo Falsificável

5. Sofismas comparativos

Podemos agora nos estabelecer num nível de discussão menos refinado e continuar na base de exemplos. No quadro 2 a ilustração é mantida, no entanto, num simples mínimo, pois o propósito do quadro é realçar as operações mentais sugeridas por comparações de âmbito mundial de tal modo a mostrar que um número de sofismas é quase inevitável, a menos que o estudioso esteja atento ao processo abstrativo com o qual ele está, na verdade, tratando.

A bem da simplicidade o quadro considera apenas dois níveis de abstração, isto é, o limiar decisivo entre universais NA sem limite e categorias NM delimitadas. Não é preciso dizer que pode-se pensar em muitos outros exemplos que serviriam muito bem ao meu propósito (de fato, exemplos adicionais serão postos em discussão no cap. 7).

Pode ser arrazoado que mesmo nossas comparações dentro da área são raramente satisfatórias. Todavia, nossos maiores problemas nascem quando caímos em comparações através de uma área e através de uma cultura. O quadro 2 pressupõe, portanto, que nossos problemas reais começam

quando tentamos cobrir estruturas radicalmente heterogêneas. O quadro igualmente pressupõe que não estamos localizados num vazio, isto é, que começamos e tiramos conclusões partindo de uma área de referência que acontece estar associada, para os ocidentais, com a experiência da democracia. Em outros termos, podemos dar um jeito de escapar a um provincialismo nacional, mas dificilmente podemos evitar de ser ligados pela cultura, ou seja, tendo a democracia como centro. Conseqüentemente somos passíveis de seguir uma direção de interpretação *nós-eles*, no sentido do ponteiro dos relógios, de "democracias ocidentais" para "outro lugar".

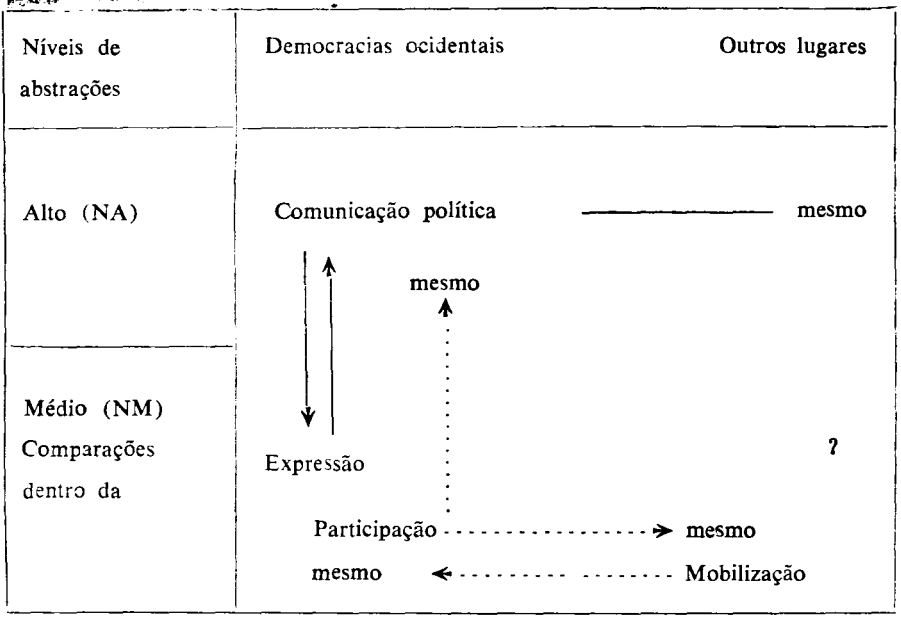
O quadro 2 ilustra três modos de agir que chamo: a) ascensão vertical; b) extrapolações horizontais; c) correto. Os dois primeiros procedimentos — i.e., os sofismas — indicam que uma extensão conceitual pode ocorrer tanto vertical como horizontalmente. Apesar de os dois sofismas estarem geralmente combinados, é conveniente analisá-los separadamente. Na escala de abstração, sempre que uma ascensão vertical ocorre sem uma troca de denominação, entremisturamos uma conceitualização geral com uma genérica. Tendo como referência o exemplo do quadro (seta pontilhada), não mais sabemos se o conceito de participação é usado descritivamente ou não descritivamente, como indicador de alguma coisa ou qualquer coisa. Somos assim inevitavelmente levados a usar o conceito "paralogisticamente", como Kant diria. A definição varia, e eventualmente desaparece, conforme prosseguimos.

Nesses assuntos a regra inestimável é que coisas diferentes deveriam ter — sempre que possível — nomes diferentes. Esta regra valiosa é aplicada no quadro 2 aos termos enquadrados (que indicam o procedimento correto), expressão e comunicação. Na política é muito importante distinguir o fluxo ascendente de comunicação, que consiste em "demandas", do fluxo descendente de comunicação, que pode consistir de "ordens". Quando as autoridades são altamente receptivas ao fluxo ascendente de demandas, a política é caracterizada pelo que chamo de expressão. De modo oposto, quando o fluxo de comunicação que prevalece consiste de ordens emitidas por autoridades, a política é caracterizada pela repressão (compreendida como a observância de expressão). Conseqüentemente, o quadro sugere a substituição da "expressão" por "comunicação" para comparações de âmbito mundial (não-comunicação sendo inadmitido), e a necessidade de reverter (a seta que desce) a uma especificação da qual a comunicação aplica-se realmente em estruturas concretas.

Qualquer que seja o exemplo, o procedimento correto exige que recorramos a diferentes denominações e assim a diferentes conceitualizações, que são conservadas firmemente, ou designadas para um dado nível de abstração. Sendo assim, sempre sabemos onde ficamos, estamos prontos a subir e descer a escala de abstração de acordo com a análise que estamos seguindo, e o sofisma paralogístico é excluído.

Quadro 2

Ações comparativas



Chave para o quadro 2:

Setas pontilhadas: ascensão vertical = sofisma

Setas segmentadas: extrapolação horizontal = sofisma

Termos enquadrados e setas não quebradas = procedimento correto

Temos, então, alternativa ou, concorrentemente, uma *inflação horizontal* por assim dizer, isto é, uma pura e simples extrapolação de uma área para outra, como se nenhum problema estivesse nela envolvido. Esta é uma operação ainda mais devastadora. A subida vertical transforma (e confunde) um conceito geral em um conceito genérico; até agora temos uma perda de especificidade da *mesma* conceitualização — o mesmo referente permanece, não importa quão vagamente, no fundo de nossa mente. Extrapolações horizontais, em substituição, trazem consigo referentes heterogêneos. No exemplo, se o termo participação for aplicado indiferentemente para a China e os Estados Unidos é provável que signifique ao mesmo tempo uma coisa e seu completo oposto. Neste caso, nem mesmo inferimos que a categoria em questão foi sujeita a um tratamento abstrativo; pre-

sumimos pura e simplesmente que se aplica *como tal* a qualquer que seja o contexto. Neste caso, então, extensão conceitual realmente conduz a uma *união sem significado.*[29]

Na prática, o que acontece é que tanto os autores como os leitores são deixados a praticar seu próprio etnocentrismo. Em princípio, no entanto, extrapolações horizontais conduzem à pura ausência de significação, pois uma categoria que resiste a este tipo de extensão permanece compreensível apenas através de má compreensão, porque todos os lados podem entendê-la a seu modo. Em princípio criamos apenas um recipiente vazio que propicia confusão.

Enquanto a maior parte de nossas atuais categorias (tais como participação) são derivadas do contexto de Estados democráticos, algumas foram retiradas do contexto dos Estados totalitários. O quadro 2 lembra o exemplo do termo mobilização, que deriva de terminologia militar — especialmente a mobilização total alemã da I Guerra Mundial — e entra no vocabulário da política por via da experiência do fascismo e do nazismo.[30] Todavia, o termo é atualmente aplicado também aos Estados democráticos, deste modo transmitindo a sugestão de que tanto as democracias como os regimes totalitários realizam uma função mobilizadora semelhante (certamente em graus diferentes).

A pergunta é: Por que tais semelhanças deveriam ser presumidas *a priori,* isto é, simplesmente em se transferir a *mesma denominação* de um contexto para outro? No caso do termo mobilização, por exemplo, um modo mais refletido de empregar o vocabulário de política seria, primeiro, interrogar se o "tipo" democrático de mobilização poderia não ser bastante diferente para exigir uma denominação diferente; e segundo, explicar como nosso entendimento foi favorecido ao destruir a clareza de um dos poucos termos do vocabulário de política que escapa à tendência do "etnocentrismo democrático".

Seja como for, temos aqui um exemplo de *extrapolação reversa* que chama nossa atenção, numa escala mais ampla, para o que chamo de "efeito de bumerangue" das áreas desenvolvidas. Estudiosos ocidentais viajando pela África ou sudeste da Ásia descobrem que nossas categorias dificilmente se aplicam. Disto concluem — e este é o efeito bumerangue — que as categorias ocidentais não deveriam ser aplicadas também no Oci-

[29] O significado de "participação" é discutido no item 7.

[30] Shils e Deutsch relacionam a noção também à "democratização fundamental" de Mannheim (veja esp. Deutsch, K. W. Social mobilization and political development. *APSR*, p. 494, Sep. 1961). Mas enquanto Mannheim pode bem ter fornecido a ponte pela qual "mobilização" entrou no vocabulário da democracia, permanece o fato de que o termo era usado comumente no princípio da década dos 30, na Itália e na Alemanha, refletindo uma experiência distintamente totalitária.

dente.[31] O raciocínio deles é que a política comparativa global pode funcionar apenas em bases de um mínimo denominador comum. Nisto, no entanto, uma razão para realimentar uma disformidade onde existe diferenciação estrutural? A resposta é, definitivamente, não — de acordo com meu esquema. Extrapolações reversas são um sofisma e o problema de estabelecer um mínimo denominador comum exige que nos estabeleçamos num nível mais alto de análise para não suprir primitivismo e ausência de forma a estruturas não-primitivas.

Voltando para o procedimento correto exemplificado no quadro 2, não será supérfluo seguir passo a passo a lógica de procedimento transmitida pelas setas contínuas. Tanto quanto sabemos, no início é somente em alguns Estados (poliarquias ou democracias) que a função expressiva prevalece; conseqüentemente, a categoria não pode ser extrapolada horizontalmente: precisa ser reconceitualizada num nível mais alto de abstração. Nós, então, convertemos "expressão" em "comunicação política", isto é, uma categoria NA que não tem oposto. Segue-se por definição que *todo* sistema político realiza uma função de comunicação; conseqüentemente, a categoria pode ser extrapolada horizontalmente. No entanto, uma vez que tenhamos levado a efeito a comunicação seguindo para um contexto africano ou asiático, voltamo-nos novamente para a pergunta: Que tipo ou espécie de comunicação? A seta contínua descendente que leva a um sinal de interrogação serve para sugerir que não há *a priori* uma resposta a esta pergunta. Com toda a probabilidade, no entanto, a averiguação de fatos nos levará a preencher a lacuna com "comunicação expressiva".

Para recapitular, se somos prevenidos para o fato de que podemos apenas extrapolar — em terrenos comparativos — até onde o nível de abstração de nossas conceitualizações permite, o esquema de um correto acesso a comparações através de áreas iria exigir os seguintes passos lógicos:

a) ascensão vertical para abstrações NA; b) uma troca correlativa de denominação; c) extrapolação horizontal; d) redistribuição para baixo em termos de categorias NM e NB; e) eventual busca por novas denominações.

Não estou sugerindo, é claro, que em nossa presente atuação deveríamos optar por tal esquema pedante. O objetivo de nosso esquema é apenas nos alertar para as operações abstrativas e extrapolativas com as quais estamos lidando realmente. Como John Whitney Hall corretamente expressa, com referência a problemas similares que confrontam o estudo comparativo da história: "Qualquer resultado experimentado deve se apoiar

[31] O efeito de bumerangue é também responsável, em parte, pelo desaparecimento da política (nota 5). A este respeito deveriam ser lembradas, no entanto, a contribuição e a influência dos antropólogos. Os cientistas políticos mal tinham viajado além da área ocidental quando M. Fortes e E. E. Evans Pritchard publicaram *African political systems*. London, Oxford University Press, 1940. Um exemplo recente é Smith, M. G. A structural approach to comparative politics. In: Easton, D. ed. *Varieties of political theory*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

no uso disciplinado de termos e procedimentos de comparação."[32] A política comparativa necessita muito da mesma "disciplina" a uma extensão ainda maior.

6. Três estratégias — uma visão geral

Estamos agora na posição de avaliar o atual estado da ciência comparativa de política. O empreendimento está sendo seguido em aproximadamente três linhas e níveis de interrogatório:

a) teoria de sistema geral; b) análise de dados agregados; c) análise funcional-estrutural.

A) A teoria de sistemas gerais representa o mais teórico e abstrato nível de análise,[33] e sua condição *sine qua non* é em si uma introdução completa dos sistemas. Como exemplificado pela trilogia de David Easton, TSG segue em bases de definições sistemáticas, evitando desse jeito as ciladas da "subida da escala" e da extensão conceitual. No entanto, já que não sobe a escala de abstração, tem um grande problema ao descê-la.

O primeiro limite é, então, que é difícil de relacionar a aparelhagem conceitual de análise de sistema a observáveis. Como nota Heinz Eulau: "Tenho ainda que ler ... uma análise de sistema da qual se pode derivar proposições testáveis sobre política."[34] O poder explanatório de TSG pode bem ser alto, mas seu valor descritivo-informativo é baixo. O segundo limite desta aproximação é, então, que parece inapto a resolver o dilema entre "explanação" e "descrição".

Em termos metodológicos a dificuldade é que não vemos como o vocabulário sistêmico possa ser traduzido em vocabulário subsistêmico, isto é, como proposições teóricas sistêmicas podem ser convertidas em proposições empíricas.[35] Se nosso problema arqueante é — como Dankwart Rustow afirma — dispor de "um conjunto de conceitos intermediários que ajudarão a baixar a onipresença (da modernização) ao nível de topo de árvore da teoria de meia-extensão, e certamente sempre descendo

[32] Feudalism in Japan: a reassessment. *Comparative Studies in Society and History*, p. 51, Oct. 1962.

[33] Veja em Young, Oran R. *Systems of political science*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968. Para uma avaliação veja Urbani, Giuliano. General systems theory: un nuovo strumento per l'analisi dei sistemi politici? *Il Politico*, v. 4, p. 795-819, 1968.

[34] Em Charlesworth, J. C. ed. *A design for political science*. 1966. p. 202.

[35] Numa forma menos dramática o problema existe igualmente em relações internacionais. Veja as observações convincentes sobre o nível de análise de sistema internacional *versus* nível de análise de Estado nacional, de Singer, J. David. The level-of-analysis problems in international relations. In: Knorr, K. & Verba, S. eds. *The international system*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1961 esp. p. 91-2.

para a terra em pesquisa empírica"[36] — este problema parece difícil de ser resolvido se partimos das alturas do TSG.

B) A análise de compilar dados através o país ataca o problema de política comparativa em termos quantitativos e partindo dos dados — isto é, do outro lado da rede.[37] Como foi observado antes (item 3), o problema com este modo de encarar é que a sofisticação estatística e a tecnologia do computador tendem a obscurecer a extensão a que a análise de dados compilados é condicionada por estruturas conceituais que, positivamente, não são uma conseqüência dos próprios dados — em resumo, a extensão para a qual a política quantitativa *carece de autonomia.*

Deixemos de lado a questão da *confiabilidade* dos dados extraídos das fontes nacionais — que são uma fonte material, ainda que maciça. de erros. O ponto continua sendo que se o "receptáculo conceitual" não é bom os dados estão perto de ser considerados *nulos* ou sem valor — tanto porque são aterradoramente crus (i.e. indiscriminados), como porque são tremendamente variáveis (i.e. não-comparáveis).[38]

Em segundo lugar o *significado* das descobertas quantitativas depende do que vem depois, isto é, das estruturas teóricas ou conceitos gerais, com os quais os números vêm a se associar no decorrer do raciocínio. A formação de um índice é apenas o primeiro passo. E análise contextual — isto é, a combinação de variáveis denotando propriedades individuais (em substância, descobertas de pesquisa de levantamento) com variáveis mostrando as propriedades comuns — é dificilmente um passo final. O caso é que os números não têm, por si mesmos, poder explanatório. Conseqüentemente, quanto mais exigimos que a análise quantitativa seja explanatória, menos a análise é realmente quantitativa. Quer dizer, o poder explanatório depende da estrutura conceitual. O motivo que torna Deutsch e Lipset proeminentes nesta linha de interrogatório é que eles fazem perguntas corajosas sobre mobilização social, desenvolvimento e as condições para a democracia.

Concluindo, uma abordagem quantitativa tem apenas o poder explanatório da teoria com a qual ela une as forças (e da qual na realidade tira sua força). Portanto, a questão se torna: que teoria parece servir melhor aos interesses da análise quantitativa e dela se beneficiar mais? Se é verdade que a abordagem quantitativa pressupõe uma teoria cujos conceitos fornecem, por um lado, "receptáculos de dados" discriminadores,

36 Modernization and comparative politics. *Comparative politics*, p. 40, Oct. 1968.

37 Um útil exame em Retzlaff, Ralph H. The use of aggregate data in comparative political analysis. *Journal of Politics*, p. 797-817, Nov. 1965. Para abreviar deixo de lado a contribuição da pesquisa de levantamento.

38 Este é o caso com alfabetização, educação, urbanização, industrialização e distribuição de força de trabalho, isto é, com os variáveis-padrão mais importantes em uso para comparações de âmbito mundial. Eu gostaria muito de saber se esses variáveis medem fenômenos básicos comuns. Para alguma evidência em favor desta crítica veja Gross. The state of the nation: social systems accounting. In: Bauer, R. A. ed. *Social indicators*. Cambridge, MIT Press, 1966. p. 154-271.

e exigem, por outro lado, a teoria que é capaz de generalizar o caminho para cima originário do povo — pode-se então argumentar que a análise funcional-estrutural faz com que tal teoria se desenvolva com maior percepção lógica e metodológica.

C) A análise funcional-estrutural se coloca em algum lugar entre a teoria de sistemas gerais e a abordagem quantitativa. Gabriel Almond é inquestionavelmente o pai desta abordagem e o grupo SSRC em política comparativa representa o núcleo, por assim dizer, nesta linha de interrogatório. No entanto, funcionalistas estruturais são também um grupo variado, um grupo residual que distintamente carece de percepção própria e *status* metodológico.[39] Teoristas de sistemas gerais e estudiosos orientados em análise quantitativa sabem o que estão fazendo, enquanto que funcionalistas estruturais carecem da sofisticação teórica do primeiro grupo e da perícia técnica do segundo.

Mesmo que o grupo funcional-estrutural seja, no momento, um grupo esparso operando em premissas que estão em grande discrepância, não obstante pode ser dito que o grupo, como um todo, age num nível mais baixo de abstração do que TSG, é cético de definições sistemáticas (dedutivas), não é necessariamente compromissado com análises de sistemas completos, e instintivamente se agarra a um "vocabulário observacional". (Por exemplo, pode-se bem criticar as funções originais de produção de Almond — criar leis, aplicar leis e julgamento de leis — pelas tendências ocidentais de separação de poder das mesmas. Por outro lado, é justamente por motivo de essas funções claramente refletirem a existência de corpos legislativo, administrativo e judiciário que elas obtêm a melhor união com observáveis.)

Em princípio, o único limite maior da análise funcional-estrutural é que ela dificilmente pode usar "função" no sentido matemático. Na verdade, inter-relacionamentos funcionais são mais vistos no nível de teoria de sistemas gerais. No entanto, esta limitação é compensada pelo fato de que a abordagem estrutural-funcional pode ser levada a combinar — como veremos — um poder explanatório relativamente alto com um conteúdo informativo-descritivo relativamente alto.

Esta conjunção é importante não somente em seu próprio direito mas também pela própria razão de ser da política comparativa. Se a pergunta é: Por que comparar? A resposta é: Porque *comparação* é nosso substituto para *experiência*. Isto é o mesmo que dizer que nossas hipóteses ou falham ou passam no teste quando, e somente nesta condição, comparamos através de experiências comparáveis de diferentes países. E isto é certamente um ponto a favor da linha de interrogatório funcional-estrutural,

[39] Na falta de *status* lógico e metodológico, duas afirmações críticas fortes são: Dowse, R. E. A functionalist's logic. *World Politics*, p. 607-22, July, 1966; e Kalleberg, A. L. The logic of comparison. *World Politics*, p. 69-81, Oct. 1966. Enquanto os dois autores são "pensadores superconscientes", eu certamente concordaria com a conclusiva frase de Dowse, a saber, que "ignorar pontos triviais lógicos é arriscar não ser nem mesmo trivialmente verdadeiro". (p. 622.)

e particularmente do fato de que a aproximação dirige-se para uma análise de sistema parcial ou segmentada.

Posta de uma maneira diferente, a análise funcional-estrutural fornece um desdobramento empírico para um "controle comparativo" de item por item, que a teoria de sistemas gerais é, aparentemente, incapaz de fornecer.

7. A abordagem estrutural-funcional revista

Se o tipo de interrogatório e nível estrutural-funcional estão prometendo, por que a promessa permanece altamente incumprida? À parte dos pontos lógicos e metodológicos apresentados no tratado, qual é o obstáculo do empreendimento? A resposta dificilmente será buscada longe, pois a empresa geralmente tropeça no seu primenro passo, isto é, na própria noção de "função" — tanto aceitos o seu próprio sentido como sua relação com "estrutura".

Em matemática, se o elemento *y* varia junto com *x*, o elemento *y* é a função de *x*. Por isso em matemática não faz sentido dizer que sozinho *y tem* uma função. Nas ciências sociais, no entanto, dizemos que estruturas *têm* funções. Isto significa que em ciências sociais "função" é usada com um significado não-matemático (afinal de contas cada ciência estipula seu próprio significado) — pelo menos toda vez que a frase "a função da estrutura *x* é", pode ser reformulada do jeito "a estrutura *x tem* esta função".

Isto não é dizer que a função é uma "propriedade" da estrutura nem dizer que função é meramente a "atividade" ou o trabalho feito pela estrutura. Enquanto função pode ser usada para significar "atividade", nem todas as atividades são funções. Partidos, burocracias, exércitos, legislaturas, executivos, têm muitas, e não necessariamente menos importantes, atividades que não são consideradas funções, que não são "atividades funcionais". Compreendo que isto seja para significar que função aponta para um relacionamento de "meios-fins" (que podem também ser relacionamento "parte-todo", isto é, função é a atividade realizada por uma estrutura — o meio — em face do propósito que lhe foi imputado ou prescrito). Uma taxação funcional é, então, uma taxação em termos de *Zweckrationalität* como Max Weber teria dito (que não é o mesmo que *Wertrationalität,* valor-racionalidade).

Até aqui com função *tout court*. No entanto, se *cada* estrutura tem funções, todas as estruturas componentes de um dado sistema (todos os subsistemas estruturais do sistema) agem uma sobre as outras, e são, por conseguinte, interligadas funcionalmente. Conseqüentemente, também em ciências sociais buscamos *relacionamentos funcionais* (e variações) mais ou menos no sentido matemático da expressão. Dizemos, por exemplo, que se um elemento varia, todos os elementos vão igualmente variar de tal e tal modo. Notemos, no entanto, que essas relações e variações funcionais

serão descritas concretamente, em termos de "atividades funcionais", isto é, com referência ao significado não-matemático de função.

Até aqui tudo bem.[40] Nosso maior problema começa, de fato, quando chegamos à *estrutura*. A armadilha é, aqui, que nossas estruturas e instituições políticas (isto é, as estruturas bem estabelecidas) quase invariavelmente têm uma *denominação funcional*. Sob a mera força de nomes — que é em si uma tremenda força — as estruturas políticas são raramente — se é que são — definidas em seus próprios termos, *qua estruturas*. Isto é o mesmo que dizer que dispomos de um vocabulário funcional (propositado) enquanto carecemos demais de um vocabulário estrutural (descritivo). Mesmo quando deliberadamente perguntamos "o que é" estamos invariavelmente prontos para responder em termos de "para que serve".

O que é uma eleição? Um meio (uma estrutura) *para* eleger os responsáveis pelos cargos. O que é uma legislatura? Uma organização *para* produzir legislação. O que é um governo? Uma organização *para* governar. A estrutura é imediatamente qualificada (semanticamente) por sua função predominante. Isto faz muito sentido na política prática, mas representa uma grande desvantagem para a compreensão de política.

O fato evidente é que o analista estrutural-funcional é um estudioso manco. Ele afirma andar em dois pés, mas na verdade se apóia em um pé — e em um pé que não é bom. Não pode visualizar a ação recíproca de "estrutura" e "função" porque os dois termos são raramente, se é que há o caso, desassociados com clareza: a estrutura permanece em toda parte uma irmã gêmea de seu propósito funcional prescrito.

A abordagem estrutural-funcional dá uma maior ênfase em três pontos: primeiro, nenhuma estrutura é *unifuncional*, isto é, realiza somente uma função; segundo, e inversamente, a mesma estrutura pode ser *multifuncional*, isto é, pode realizar diferentes funções; terceiro, uma mesma função tem *alternativas estruturais*, isto é, pode ser realizada por muitas estruturas diferentes. Eu diria, no entanto, enquanto aceitamos bem esses pontos (embora eles dificilmente representem uma descoberta), que a ênfase é positivamente enganosa.

Falando de "multifuncionalidade", é realmente a *mesma estrutura* que funciona diferentemente? Ou a atuação funcional é diferente porque a estrutura não é a mesma? Para resumir, a tese geralmente carece de evidência adequada no lado estrutural. Por exemplo "eleições" são multifuncionais, mas "eleições livres" não são. Isto é o mesmo que dizer que tão logo o processo eleitoral obtenha uma base protetora (condições estruturais

[40] Isto não é presumir que muitos funcionalistas concordariam. Uma recente e útil leitura que focaliza grandemente o "debate sobre funcionalismo" é *System, change and conflict*. In: Demerath, N. J. & Peterson, R. A. eds. New York, Free Press, 1967. Fred W. Riggs habilmente agarra-se ao sentido matemático, definindo função como uma "relação" entre estruturas, "envolvendo alguma conseqüência especificada para o sistema". Veja *Structure and function: a dialectical approach*. Trabalho apresentado na Convenção da APSA de 1967, p. 7. No entanto, nem todas as relações "tendo conseqüências" são funções. Além disso, será conveniente rejeitar que conseqüências funcionais sejam produzidas por cada estrutura em si mesma e por si mesma?

que possibilitam uma votação livre), a multifuncionalidade eleitoral rapidamente chega ao final. A *mesma* estrutura eleitoral ou se aproxima de "unifuncionalidade" ou nos deixa com "não-funcionalidade", isto é, com a conclusão que eleitores analfabetos são incapazes de usar mecanismos eleitorais que pressupõem capacidade de ler e escrever.

Eu seria ainda mais cauteloso no tocante a "alternativas estruturais" de uma mesma função. O problema é, novamente, que essas alternativas estruturais são mais concluídas vagamente por hipóteses do que descritas adequadamente. Tomemos, por exemplo, a "função expressiva" (item 5) de um sistema pluralístico de partidos. Quais são as alternativas estruturais para transmitir eficientemente exigências às autoridades?

No todo, deve-se concluir que o raciocínio multifuncional foi estendido longe demais, de uma maneira positivamente enganosa. E a razão disto me conduz de volta ao meu tema favorito, isto é, a escala de abstração.

De acordo com o meu sistema de coordenadas, a abordagem estrutural-funcional funciona mal nos dois extremos da escala. No extremo de cima, nossas "categorias funcionais" foram distendidas a ponto de tornar-se conceitualizações genéricas NA; enquanto que na parte de baixo ainda temos de determinar adequadamente "configurações estruturais" precisas. As funções têm apenas uma vaga relação com observáveis, e se destinam a ser categorias gerais amplas. Opostamente, as estruturas são relacionadas a observações indiretas, ou mesmo diretas, e necessitam de escoras em todo o caminho de descida da escala. Conseqüentemente o problema é, primeiro, reconhecer que funções e estruturas necessariamente pertencem a diferentes níveis de abstração; e segundo, movimentar-se ao longo da escala sem saltos (e sem destruir a própria escala).

O ponto pode ser ilustrado com referência ao estudo comparativo de sistemas de partidos. Iniciando com as estruturas, as categorias estruturais relevantes podem ser — numa ordem descendente de generalidade — as seguintes:

a) homogeneidade e heterogeneidade cultural;

b) uma configuração pluralista ou não-pluralista;

c) uma distribuição de poder multicentralizado (policêntrico) ou concentrado (unicêntrico);

d) o tipo de sistema de partido;

e) a estrutura organizadora dos próprios partidos;

f) as organizações eleitorais.

Na escala estrutural citada as duas funções cruciais parecem ser no nível mais alto, "pluralismo" e, no nível taxonômico, "sistemas de partido". Pluralismo é, de fato, a mais ampla generalização a ser retirada da observação da configuração de poder de um Estado, enquanto a estrutura de sistema de partido representa a passagem crucial para níveis de análise mais baixos. Para abreviar discutirei, no entanto, apenas a primeira noção.

Estejamos ou não preocupados com o problema da escala, *pluralismo* é uma categoria crucial-estrutural devido ao seu poder explanatório, que reflete, de volta, o alto nível de "generalidade" da categoria. No entanto, quanto mais geral é um conceito mais é necessário perguntar: O que queremos dizer? Sem dúvida, o termo pluralismo foi originalmente destinado a transmitir a idéia de que uma "sociedade pluralística" é uma sociedade cuja configuração estrutural é moldada por "crenças pluralísticas", ou seja, que todos os tipos de subunidades autônomas deveriam se desenvolver em todos os níveis, que interesses são reconhecidos em sua legítima variedade e que, não a unanimidade, mas a dissensão, representa a base da civilidade. Indubitavelmente, por conseguinte, "pluralismo" indica uma estrutura social *particular,* e mantém este sentido específico sem importar quão implicitamente, sempre que discutimos, no Ocidente, nossos problemas e políticas internos.

Mas tão logo chegamos a comparações globais, a especificidade de "pluralismo" desaparece. Não há um fim para pluralismo, pois nunca nos dizem o que é não-pluralismo. Desde que o pluralismo existe em algum lugar, a suposição parece ser de que "em graduação diferente" o pluralismo existe em todo lugar. No entanto, uma diferente graduação *de quê?* A frase não tem mais um sujeito (conotativamente falando). Esta é, na verdade, a ironia de se usar uma linguagem de graduação, destinada (quando usada apropriadamente) a transmitir precisão e comunicar indefinição.

Bem, supondo que nenhum regime é um monolito sem rachaduras e que toda sociedade reúne indivíduos — isto é, unidades distintas que não podem ser soldadas como metais —, já temos uma denominação para dizer: "pluralidade". O resultado final é que não necessitamos destruir "pluralismo". E se desejamos determinar se pluralismo é uma estrutura que pode ser encontrada em qualquer lugar do mundo, a ação correta é primeiro coletar os fatos do caso como se pudessem ser diferentes, aí então compará-los, e somente neste estágio decidir a que nível de abstração a evidência pode ser contida na mesma caixa, se sob uma denotação descritiva (pluralismo) ou apenas sob uma conotação genérica (pluralidade).

O ponto processual é, então, que a evidência deve ser colhida *como se pudesse* pertencer a caixas diferentes. Podemos juntar dados destacados — isto não é problema — mas não podemos desagregar dados que são lançados do início em um mesmo "receptáculo de dados".

Voltando para o raciocínio funcional, pode-se enumerar tantas quanto 20 funções, isto é, *atividades* funcionais, atualmente, embora erradamente, atribuídas a partidos e sistemas de partidos. Reduzirei a lista para três das funções mais freqüentemente citadas, a saber, integração, participação e mobilização. A réplica poderia ser que essas não são categorias funcionais bem definidas. Por exemplo, integração é também um estado-final. No entanto, a integração é geralmente compreendida como um processo de interações, resultando da "atuação funcional" de repartições de integração (partidos, grupos de interesse, etc.). Além do mais,

a escolha de "integração" é conveniente porque ela acompanha perfeitamente a discussão sobre pluralismo.

Quanto a pluralismo, a definição de integração modifica e na verdade se evapora *en route*. Isto dificilmente é uma coincidência, pois integração torna-se uma noção genérica, visto que pluralismo se torna uma noção genérica. De fato, demonstrarei que integração é significativa apenas com referência à estrutura pluralística.

No oeste dos Estados Unidos, integração não denota qualquer tipo de "agregação", qualquer tipo de coalescência. Quando estudiosos americanos discutem seus próprios problemas internos, eles têm uma idéia bem clara do que é e não é integração. Negariam, por exemplo, que integração tem alguma coisa que ver com "uniformidade compelida". É mais provável que presumam, em vez disso, que integração tanto pressupõe como gera uma sociedade pluralística.

Pode-se, na verdade, definir a "função integrativa" como o modo pluralístico de obter solidariedade via diferenças. E, certamente, um órgão de integração necessita obter um máximo de congruência com um mínimo de coerção. A questão é, por conseguinte, por que "integração" deveria transmitir um significado definido nos Estados Unidos, e um outro diferente, se algum, em outro país, por exemplo com referência à Rússia, à China ou à África.

Inter alia, seja realçado que a má aplicação do "pluralismo" e "integração" envolve erros terríveis de interpretações e prognósticos. Se dizemos, por exemplo, que as sociedades africanas não são "pluralísticas" mas "tribalísticas", o argumento é passível de ser que uma situação de fragmentação tribalística dificilmente fornece a base estrutural não somente para processos integrativos que possam ocorrer mas também para trazer órgãos integrativos ao primeiro plano. Colocado de maneira mais geral, o raciocínio é que "necessidades funcionais", ou realimentações, de uma sociedade fragmentada, estão em desacordo com regenerações funcionais, ou necessidades, de uma sociedade pluralística. Na Europa, por exemplo, a fragmentação medieval originou o absolutismo monárquico. No entanto, se "pluralismo" é vaporizado em uma universal NA, então estamos autorizados a chamar as sociedades africanas de pluralísticas, e a implicação melancólica pode bem ser que esperamos que os africanos resolvam seus problemas *como se* tivessem que lidar com sociedades do tipo ocidental.

Minhas queixas com a má aplicação de participação e mobilização (tanto entendidas como capacidades funcionais de um sistema político, como a atuação funcional de uma determinada repartição) estão perfeitamente dentro da mesma linha. É bastante claro que em seus significados originais definidos os dois conceitos são "opostos". Participação não é qualquer tipo de "tomar parte"; em vez disso, indica a própria essência do que faz um processo democrático. Participação pode perfeitamente ser definida, de fato, como "tomar parte democraticamente". Em todo caso, participação transmite a idéia de *movimento próprio*, de um cidadão livre que age (se assim deseja) de acordo com seu melhor julgamento.

De maneira oposta, mobilização é "tomar parte de maneira não democrática". Mobilização indica uma coletividade moldável que está sendo *posta em movimento* ao capricho das autoridades. Dizemos que indivíduos "participam", mas não podemos dizer (com o mesmo sentido) que indivíduos "mobilizam" — *eles são mobilizados.*

No entanto, essas distinções só valem nos Estados Unidos. Como já foi indicado (quadro 2, item 5) no vocábulo de política global, participação e mobilização foram mudados para extrapolação horizontal em "universais". Deutsch, por exemplo, usa mobilização para significar qualquer processo de *ativação social.* E participação é atualmente aplicada tanto para técnicas de *ativação política* democrática como mobilizacional. Desde que já expressei meu desgosto com este tipo de tratamento conceitual (que obtém uma "união sem significação"), deixem que simplesmente pergunte: era necessário o tratamento? E a resposta é, novamente, que estamos no processo de destruir a articulação analítica do vocabulário de política existente de leve descuido e/ou inépcia lógica.

Com referência ao conceito discutido neste item sempre que necessitamos de "receptáculos de universal" podemos falar genericamente de *pluralidade, coalescência* e *ativação,* desse modo poupando a "especificidade" de pluralismo, integração e participação. Como conseqüência podemos começar a manipular outra vez — ao nível médio de abstração — com pares de "opostos": por exemplo, pluralismo *versus não-pluralismo* (esperando um termo estabelecido), integração *versus amalgamação,* participação *versus mobilização.* E partindo daqui podemos começar a busca, descendo a escala, por "tipologias espectrais".

Não preciso repetir porque é desarrazoado temer dicotomias, opostos polares e tipos polares (cf. item 3). Deixem-me simplesmente salientar que é igualmente errado contrastar um "tratamento dicotômico" com um "tratamento contínuo". De fato, uma massa contínua pressupõe oposições polares. As massas contínuas precisam ser unidimensionais, e dificilmente podemos obter uma massa contínua unidimensional, a menos que estabeleçamos primeiro suas extremidades. Uma massa contínua de onde para onde, do que para o quê? A massa contínua é definida somente quando seus extremos polares são definidos.

Não preciso prolongar esta discussão. Como LaPalombara coloca brilhantemente "tantas de nossas generalizações sobre o processo político se movimentam aparentemente a esmo dos níveis micro para os macroanalíticos" — o resultado sendo "desordem causada por confusão ao nível de análise".[41]

Mais analiticamente, e para recapitular, confusão ao nível de análise causa esses resultados infortuitos: a) nos níveis mais altos, macroscópicos erros de interpretação, explicação e prognósticos; b) em níveis mais baixos, uma grande quantidade de dados inúteis "colhidos erroneamente"; c) em todos os níveis, confusão de significado e uma destruição muito

[41] *Comparative politics.* cit. p. 72.

substancial da agudeza de nossos conceitos. Temos carência de palavras. Mas a extensão conceitual e uma lógica má empobreceram grandemente a articulação analítica das palavras que temos.

Por outro lado, a consciência da escala de abstração mostra que a necessidade de categorias altamente abstratas abrangendo tudo não exige que dilatemos, na verdade, evaporemos, as categorias empíricas que temos. Em particular, não podemos demonstrar em termos de categorias genéricas NA o que pode ser demonstrado somente em termos de categorias descritivas NM, ou seja, ao nível em que lidamos com generalizações empiricamente testáveis. Mas isto acontece apenas na medida em que destruímos a escala de abstração durante a subida. Se a escala for restaurada, nada é desperdiçado e a política comparativa tem muito a ganhar — eu me conformo — ao lucrar em precisão, isto é, ao descê-la.

Sem dúvida, nenhum nível de análise pode ser traduzido exatamente e convertido para o nível seguinte. Neste sentido, sempre se perde algo (e se lucra) ao longo da escala. Mas um uso disciplinado de termos e processos de comparação gera, em cada nível, conjuntos de proposições que ou reforçam ou contradizem as proposições dos níveis vizinhos. É *somente* neste ponto, de fato, que podemos afirmar — com referência à política comparativa — que "comparação é a base para criatividade e aditividade em ciência".[42]

O predicamento da política comparativa não é oscilar desesperançadamente entre a Cila de superassimilação (levando à pseudo-equivalência) e a Caribde de superdiferenciação (levando à não-comparabilidade). Ao contrário, em meu argumento, superassimilação é neutralizada por superdiferenciação e vice-versa.

[42] Haas, Michael. Comparative analysis. *Western Political Quarterly*, p. 303, June 1962.